



1 ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA
2 ESTADUAL DE REDD+ / 2017
3
4

5 **Abertura da reunião:** Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de
6 dois mil e dezessete, às 14h00h no Auditório Pantanal da Secretaria de
7 Estado de Meio Ambiente – SEMA, sito a Rua C, esquina com a rua F,
8 Centro Político Administrativo, em Cuiabá – Mato Grosso, ocorreu a
9 Terceira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Sistema Estadual de
10 REDD+. **Participantes:** A reunião foi presidida pelo conselheiro titular,
11 senhor Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Adjunto de Gestão
12 Ambiental – SAGA e pela Coordenadora de Mudanças Climáticas e REDD,
13 Senhora Alcilene Freitas Berholdo de Souza, conselheira suplente,
14 ambos, representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente –
15 SEMA, tendo a presença dos Senhores (as) Juraci de Ozêda Ala Filho,
16 conselheiro titular, representante da Secretaria de Estado de
17 Planejamento–SEPLAN; Leonardo Vivaldini dos Santos, conselheiro
18 suplente representante da Secretaria de Agricultura Familiar, Aline Enila
19 Ferraro, conselheira suplente, representante do Instituto Nacional de
20 Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Rodrigo Coimbra Egufo,
21 conselheiro suplente, representante da Fundação Nacional do Índio –
22 FUNAI, Thiago de Moraes Costa, conselheiro titular, representante da
23 Agropecuária Empresarial – Federação da Agricultura e Pecuária do
24 Estado de Mato Grosso – FAMATO e Cecília Gonçalves Simões,
25 conselheira suplente, representante do IPAM – Instituto de Pesquisa
26 Ambiental da Amazônia. Como convidados participaram os senhores (as)
27 Kellitton Rodrigues de Souza, Eduardo Wollinger e Veviane Cristina Silva
28 representantes do MT-PAR, Adam Gibbon e Ana Paula Ferez,
29 representantes do Fundo Authelia, Alice Thuault, representantes do



30 Instituto Centro de Vida - ICV, Luiz Francisco T. Pinho e Sirley Maria da
31 Silva, da Secretaria Executiva do Conselho Gestor de REDD+.

32 **Pauta:** Apreciação das Atas das Reuniões Anteriores; Apresentação da
33 Proposta de Governança do Programa REM; Apresentação da Proposta
34 da ALTHELIA. **Informações iniciais:** O senhor Marega, após verificar a
35 existência do quórum necessário, deu início a reunião as 14:30 h. Informou
36 que em virtude de necessidade de se ausentar, iria inverter a ordem dos
37 assuntos a serem tratados, colocando o tema da Governança como
38 primeiro item. **Apresentação da proposta de Governança:**
39 Apresentado pelo senhor Marega, foi informado que as tratativas do
40 Programa REM estão em fase avançada, sendo que no momento estão
41 sendo negociados os contratos com o FUMBIO e com o KFW que estão
42 praticamente prontos, devendo todos os documentos estarem
43 finalizados até o final de outubro deste ano para que o contrato seja
44 assinado em novembro na COP23. A elaboração do documento
45 referente a Governança do programa avançou bastante nas últimas
46 semanas, sobretudo em virtude das reuniões que tem ocorrido entre as
47 partes. Hoje, há um esboço de como será o seu funcionamento. A
48 proposta de Governança visa apresentar como o programa vai
49 acontecer. Nos modelos que estão sendo trabalhados são visualizadas
50 três partes: O governo de Mato Grosso, o FUNBIO e o governo Alemão,
51 representado pelo KFW. Estes são os *stakeholders* que farão parte da
52 governança. Foi definido que o FUNBIO, fundo privado, vai receber os
53 recursos do KFW a serem aplicados no programa. Essa decisão teve
54 como base, a avaliação do programa no Acre, que utilizou fundos públicos
55 na sua execução. Em termos gerais, o FUNBIO ficará responsável pela
56 execução e a SEMA terá o papel de gestor do projeto. Inicialmente, foi
57 sugerido que o Conselho Gestor de REDD+ deveria exercer o papel de
58 gestor executivo do Projeto, contudo essa ideia não teve aprovação do

59 KFW. Por isso, foi criado o CEGREM – Comitê Gestor do Programa REM
60 que deverá ser responsável pelas decisões estratégicas, bem como pelo
61 monitoramento e aprovação das contas. Na estrutura de Governança, o
62 Conselho Gestor de REDD e o Fórum de Mudanças Climáticas estarão no
63 nível de decisão colegiada, abaixo do CEGREM. No nível de decisão
64 estratégica, a Procuradoria Geral do Estado - PGE ficará responsável
65 pelos pareceres jurídicos, a Ouvidoria receberá as manifestações (da
66 sociedade em geral) de tudo o que se refere ao Programa e a SEMA
67 ficará responsável para que o fluxo de decisão chegue aos diversos
68 atores. A SEMA também exercerá o papel de Secretaria Executiva do
69 CEGREM e no início do Programa, ficará responsável pela gestão do dia
70 a dia, no que se refere a elaboração dos projetos, através da
71 coordenação da UGP que depois será assumido pela PCI. Deverá ser
72 contratado uma Consultoria Internacional que tem o custo estimado
73 entre Um milhão e Meio a Dois Milhões de Euros do Valor total do
74 Programa, o que equivale a Dez por Cento do valor de Dezesete Milhões
75 de Euros. Esta Consultoria deverá atuar em todos os níveis, desde a
76 gestão da informação até o monitoramento. Também está previsto a
77 designação de um Coordenador Geral exclusivo que vai atuar junto a
78 UGP. Para cada um dos subprogramas (de Fortalecimento Institucional,
79 Indígenas, Agricultura Familiar e Agricultura Patronal) está previsto a
80 atuação de um coordenador. Também está previsto que a PCI vai
81 construir junto aos coordenadores o PDI – Plano de Investimentos para
82 atender os projetos de cada subprograma, sendo responsabilidade do
83 FUNBIO o lançamento do Edital para realizar as contratações. Foram
84 feitas as seguintes menções: A). O Reino Unido pode aplicar Trinta
85 Milhões de Euros no Programa. B). Os rendimentos dos recursos serão
86 aplicados diretamente na Repartição de Benefícios. C). Os custos da
87 Consultoria Internacional e do FUNBIO não entram na contagem dos

88 valores destinados a Repartição de Benefícios. Foi ressaltado que os
89 recursos do REM não irão entrar na conta do Estado, portanto, os Bens
90 e Serviços a serem adquiridos serão solicitados ao FUNBIO que irá
91 realizar os procedimentos necessários para a sua aquisição. No âmbito
92 do Programa, há três acordos, dentre eles, o Acordo em Separado, que
93 deverá conter tudo o que foi negociado entre as partes. O Governo
94 Federal informou que não vai assinar este Acordo, por entender que já
95 deu autorização para o Programa, ao ter participado da reunião com a
96 Missão Alemã e, na oportunidade, através de representantes do
97 CONAREDD, ter assinado o documento referente a Ajuda Memória. O
98 Primeiro desembolso dos recursos será no valor de Três Milhões. O
99 segundo desembolso será em novembro e só será liberado após o KFW
100 verificar se as condicionantes (gatilho) foram inteiramente cumpridas. A
101 SEMA propôs que essa primeira fase terá o prazo de três anos para a
102 sua execução. Desta forma, após a sua finalização pode-se pedir uma
103 segunda e até mesmo uma terceira fase do programa. Foi acordado
104 entre as partes que o programa deverá sofrer o mínimo de influência
105 política possível. O FUNBIO deverá avaliar os projetos e os seus requisitos,
106 tendo a palavra final sobre os mesmos. **Mudança na coordenação da**
107 **Reunião:** Após a finalização da apresentação do Senhor Marega, o
108 mesmo teve que se ausentar, passando a palavra a Conselheira
109 suplente, senhora Alcilene Freitas Bertholdo de Souza.
110 **Encaminhamentos:** A senhora Alcilene informou que irá encaminhar, via
111 e-mail, o material referente a governança aos conselheiros. Também foi
112 informado que a próxima reunião do Conselho deverá ser realizada até
113 o dia vinte e quatro de outubro para deliberar sobre a Governança e a
114 Repartição de Benefícios. **Apreciação das Atas das Reuniões**
115 **Anteriores:** A Ata das Reuniões do Conselho Gestor ocorridas no dia treze
116 de setembro e no dia quatro de outubro do corrente ano, foram

117 aprovadas em sua totalidade pelos conselheiros. **Apresentação sobre a**
118 **ALTHELIA:** A senhora Alcilene informou que esta apresentação da
119 Althelia surgiu após solicitação por escrito da conselheira Cecília,
120 representante do IPAM e que, inicialmente, estava planejado para
121 ocorrer no mês de novembro, sendo antecipada para que os
122 conselheiros possam ter um primeiro contato com o projeto. Em seguida
123 passou a palavra a Ana Paula, consultora do Fundo Althelia que
124 cumprimentou a todos, agradecendo o espaço disponibilizado para
125 tratar do tema. Ela e o consultor inglês Adam Gibbon, diretor de
126 Investimento do Fundo Althelia iniciaram a apresentação dando uma
127 visão geral da proposta. O Fundo Althelia é um investimento de cunho
128 privado que tem o objetivo de realizar investimentos de impacto, ou seja,
129 visa o lucro associado a impactos sociais e ambientais. O recurso tem
130 origem tanto no setor público como privado, fazendo parte diversos
131 investidores como o Credit Suisse, Banco de Desenvolvimento Holandês
132 e Banco de Desenvolvimento Europeu, dentre outros. Os recursos para
133 o desenvolvimento do projeto foram conseguidos em dois mil e quatorze
134 e tem prazo de quatro anos para serem gastos. O Conselho do Fundo
135 aprovou o valor de Dez Milhões de Euros em projetos em Mato Grosso.
136 Anteriormente, o fundo desenvolveu algumas experiências no Estado,
137 referentes a empresa PECSA, através do "Programa Novo Campo" que
138 foi liderada pelo ICV – Instituto Centro de Vida. O projeto atual visa utilizar
139 essa experiência adquirida na redução de emissões gases de efeito
140 estufa. Foram elencados os Três desafios do projeto para MT. 1) A Lei
141 Estadual de REDD que não está totalmente implementada; 2) O fato de
142 Mato Grosso ainda não ter recebido nenhum pagamento pelos esforços
143 realizados nas reduções de suas emissões; 3). A necessidade de se
144 aplicar Cinquenta Bilhões de Reais para fazer a transição da cadeia
145 produtiva do Estado para o desenvolvimento sustentável. Foram



146 apresentados a visão geral da proposta que está dividida em Três
147 partes: a) operacionalização do Sistema de REDD, no qual estão
148 previstos se investir Onze Milhões de Reais, incluindo o MRV, Salvaguardas
149 e Registros; b) estabelecer uma companhia para a comercialização dos
150 créditos de carbono de Mato Grosso com previsão de mais Onze Milhões
151 de Reais; c) estabelecer um fundo de investimento privado para fazer a
152 transição da cadeia produtiva que esteja em acordo com a estratégia
153 PCI. Os recursos financeiros a serem aplicados tem o objetivo de reduzir
154 as emissões e criar um círculo virtuoso na cadeia do Estado. Iniciado em
155 2015, atualmente, o projeto está em sua fase final junto ao MTPAR. Já
156 foram assinados alguns memorandos junto ao governo do Estado e
157 todos os insumos necessários já foram reunidos para finalizar a
158 negociação para a apresentação da modelagem. Essa modelagem trata
159 do formato técnico operacional e financeiro do projeto no âmbito do
160 sistema de REDD que está sendo realizado junto com o MTPAR. Foi
161 ressaltado que o projeto leva em consideração que os ativos ambientais
162 são propriedades do Estado. Foi solicitado pela coordenadora Alcilene
163 que se discorresse sobre a trajetória da negociação com o Fundo
164 Authelia até o momento atual. Então, foi informado que após a
165 experiência com a PECSA, o Fundo Authelia manifestou o interesse na
166 realização do projeto procurando o governo do Estado. Foram
167 produzidos estudos econômicos e jurídicos que contaram com a
168 participação de várias instituições como a SEPLAN, ICV e GAE que
169 avaliaram o Sistema de REDD, período em que foi formatado um modelo
170 de governança e também de parceria através de uma *joint venture* com
171 o MTPAR, que foi posteriormente abandonado. Teve início uma nova
172 rodada de estudos, levando-se em conta aspectos econômicos e
173 financeiros a ser apresentado ao poder público. Para ser aprovado,
174 deverá se iniciar todo um trâmite até a publicação de uma Resolução,



175 tendo o prazo de Cento e Vinte dias para a sua conclusão. Está previsto
176 a data de primeiro de novembro para a entrega do produto. Com relação
177 a parte A que se refere a operacionalização do Sistema de REDD, foi
178 informado que o ICV e o Instituto de Conservação e Desenvolvimento
179 Sustentável da Amazônia - IDESAM foram contratados pelo Fundo para
180 realizar estudos dos métodos e padrões de certificação. Com relação ao
181 Sistema de Salvaguardas, foi elaborado um plano de ação de programas
182 e projetos. Também um sistema de Registros viável que atenda as
183 exigências do mercado e um Orçamento para implementação do
184 sistema Estadual de REDD. Está sendo discutido, no âmbito da PCI, se
185 fazer o gerenciamento conjunto do Sistema Estadual de REDD (PCI
186 facilit). Com relação a Estruturação da Companhia de comercialização
187 dos créditos de carbono, foi citado a existência de sete canais para se
188 trabalhar as unidades de redução, dos quais três para a aposentadoria
189 e quatro para os mercados. Há discussões sobre os canais a serem
190 escolhidos e a forma de utilização dos créditos que não deve entrar em
191 desacordo, principalmente com o governo federal. A conselheira Alcilene
192 ressaltou que a opção viável é aquela que atende a Resolução nº 6 da
193 CONAREDD, relacionada ao pagamento por resultados. Com relação à
194 parte B, referente ao estabelecimento de um fundo de investimento
195 privado para fazer a transição da cadeia produtiva, foi informado que,
196 como o Estado não possui os Cinquenta Bilhões necessários para fazer
197 a transição, a ideia é que parte da renda obtida com o Créditos do
198 carbono sejam direcionadas para este fundo. Além da comercialização
199 dos créditos, pode-se buscar outros investimentos privados e públicos.
200 Os recursos adquiridos com a venda dos créditos serão divididos da
201 seguinte forma: Três por centos ficarão com o fundo e os outros Noventa
202 e Sete por Cento com o Governo do Estado. Os representantes do Fundo
203 destacaram o alto risco do investimento a ser aplicado em Mato Grosso,



204 visto que se não conseguir vender os créditos, eles não receberão nada,
205 ficando no prejuízo. **Encaminhamentos:** Está previsto para acontecer em
206 novembro uma nova reunião com o Conselho Gestor para aprofundar os
207 conhecimentos sobre a proposta do Fundo Authelia.

208

209 ALCILENE FREITAS B. DE SOUZA

SIRLEY MARIA DA SILVA

210 Presidente do Conselho Gestor do
211 do Sistema Estadual de REDD+

Membro da Secretaria Executiva
do Conselho Gestor de REDD+